

A Mulher no Parlamento: o longo caminho

Margarete Coelho

A luta das mulheres para participar das decisões políticas nunca foi fácil, sobretudo no Brasil, onde foram as últimas a conquistar o direito de votar e de serem votadas e no Parlamento ainda são minoria. Mesmo após eleitas, as mulheres seguem sendo preteridas em espaços de poder, inclusive dentro dos partidos, pois não assumem cargos de destaque em órgãos de direção, nem nas lideranças dos seus partidos nos Parlamentos (e é no Colégio de Líderes que se dá a distribuição de relatorias de projetos e se decide a pauta do Plenário), nem na presidência de Comissões (a CCJ da Câmara dos Deputados nunca foi presidida por uma mulher), ou na composição da Mesa Diretora da Câmara e do Senado.

Na mesma Sessão que reelegeu Rodrigo Maia (DEM-RJ), Presidente da Câmara, a bancada feminina elegeu Soraya Santos (PR-RJ) para a 1ª Secretária da Casa, sem o apoio formal de seu partido, que havia apresentado outro candidato para o cargo. Soraya concorreu em candidatura avulsa e obteve expressiva votação, sendo a primeira mulher a assumir tal cargo. E já estamos na 56ª Legislatura! Um feito inédito, que mostrou a força da bancada feminina. Mas ainda estamos longe do ideal.

Hoje contando com 77 deputadas, a bancada das mulheres tem procurado, por meio de sua Secretária na Câmara, estabelecer um diálogo profícuo tanto internamente quanto com a sociedade. Internamente, a luta por relatorias de matérias expressivas, que vão para além das pautas que nos são atribuídas pelo *habitus*¹: violência

¹ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

doméstica, feminicídio, educação, entre outras, que, a despeito de nos unirem, também nos rotulam. As mulheres querem e podem representar a sociedade e toda a sua variedade de temas, como economia, segurança, agricultura, ciência e tecnologia, e ocuparem espaços no Colégio de Líderes, nas Comissões e até nas Missões Oficiais do Parlamento junto a órgãos multilaterais e nações estrangeiras.

O país com maior número de mulheres no Parlamento é a Ruanda, pequeno país do Leste Africano, com 12 milhões de habitantes, que ainda se recupera de um genocídio que deixou mais 800 mil mortos em 1994, em sua maioria homens.

As ruandesas têm exercido importante papel na reconstrução do país, assumindo com vigor funções que eram tradicionalmente masculinas. Hoje, já se colocam ao lado de nações desenvolvidas como Suécia, Noruega e Finlândia nos índices de igualdade de gênero.²

O ponto de virada ocorreu em 2003, com a promulgação da nova constituição ruandesa, que estabeleceu que ao menos 30% dos cargos políticos seriam preenchidos por mulheres. Hoje, elas ocupam 67% dos assentos do Parlamento ruandês, enquanto as brasileiras ocupam 15% da Câmara e 13% do Senado.

A luta pela representação feminina, no entanto, é uma luta constante, que não se esgota com as eleições. Mesmo um Parlamento de maioria feminina pode aprovar legislações que são hostis aos interesses das mulheres, como ocorreu em 2009, quando o Parlamento ruandês aprovou a redução da licença maternidade de doze para seis semanas, atendendo a demandas patriarcais³. No Brasil, o Projeto de Lei que visa

² Ruanda é o sexto país do mundo com maior igualdade entre homens e mulheres, atrás apenas da Islândia, Noruega, Suécia, Finlândia e Nicarágua, segundo dados do Fórum Econômico Mundial (2018). O Brasil ocupa apenas a 95ª posição.

³ UVUZA, Justine N. *Hidden inequalities: Rwandan female politicians' experiences of balancing family and political responsibilities*. Thesis (PHD) - School of

flexibilizar as cotas femininas nas chapas é de autoria de uma mulher.

A mudança real leva tempo, mas o exemplo de Ruanda mostra que a adoção de incentivos legais para a participação de mulheres na política é fator decisivo para a igualdade de gênero. As parlamentares brasileiras têm experimentado unir esforços para romper as barreiras invisíveis do patriarcado. O teto de cristal da democracia brasileira, que limita a atuação de lideranças políticas femininas, há de ser quebrado.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. UVUZA, Justine N. *Hidden inequalities: Rwandan female politicians' experiences of balancing family and political responsibilities*. Thesis (PHD) – School of Geography, Politics and Sociology, University of Newcastle upon Tyne, Newcastle, 2014. Disponível em: <http://theses.ncl.ac.uk/jspui/handle/10443/2475>. Acesso em: 18 maio 2020.